

CONTRATO DE GESTÃO Nº FMS0051/2022

CONTRATO DE GESTÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BETIM, ATRAVÉS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BETIM-MG/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL, SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS - INSV - INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA.

CLÁUSULA I - DAS PARTES

- 1.1 - O MUNICÍPIO DE BETIM, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BETIM-MG/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 13.064.113/0001-00, com sede na Rua Pará de Minas, nº 640, Bairro Brasília, CEP 32.600-412, na Cidade de Betim – Estado de Minas Gerais, neste ato representado pela, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, **SRA. FERNANDA DE OLIVEIRA DOS ANJOS**, e presente a PROCURADORA ADJUNTA, **SRA. ANA PAULA FLAVINA SILVA ASSIS**, doravante denominado CONTRATANTE e a Organização Social **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS - INSV - INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA**, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 13.824.560/0001-02, com sede situada a Rua Sebastião Dias, S/N, Bairro Campinhos, na Cidade de Santo Amaro/BA, CEP: 44.200-000, neste ato representada pelo **SR. VALERIANO JOSÉ DE FREITAS NETO**, portador do CPF nº 438.205.495-87 e RG nº 249062550 SSP/BA, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE GESTÃO decorrente do Processo Administrativo nº 32.540/2022, Edital de Seleção nº 001/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1 - O presente CONTRATO DE GESTÃO, tem por objeto a formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e à realização de atividades de interesse público, consubstanciadas na prestação de serviços técnicos especializados, de operacionalização, gestão e execução de ações e serviços de saúde, incluindo as obras que se fizerem necessárias à manutenção e à ampliação da infraestrutura de qualidade, das Unidades de Pronto Atendimento das Regiões de Saúde I e II, do município de Betim, com fulcro no Decreto Municipal nº 42.285/2020, nas Diretrizes da Legislação Municipal, e, ainda, em consonância com as Políticas de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 3.1 - O prazo de vigência do CONTRATO DE GESTÃO, é de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso seja de interesse do município de Betim, nos termos da Legislação vigente.
- 3.2 - Findado a execução dos Projetos Apresentados e Seleccionados, e havendo adimplemento do objeto e excedentes financeiros disponíveis junto à CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá, com base na indicação da Comissão de Qualificação e Habilitação de Entidades como Organizações Sociais –

OS, e na apresentação de PROJETO SUPLEMENTAR, prorrogar o CONTRATO DE GESTÃO ou requerer a devolução do saldo financeiro disponível.

- 3.3 - Findado a execução dos Projetos apresentados e selecionados, havendo inadimplemento do objeto e restando desembolsos financeiros a serem repassados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, o CONTRATO DE GESTÃO poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo para cumprimento dos indicadores e metas estabelecidas.
- 3.4 - Fica pactuado que o CONTRATANTE, a qualquer momento, poderá rescindir o presente CONTRATO DE GESTÃO se, em nome do interesse público, verificar o descumprimento de princípios basilares da Administração Pública, com a aplicação das penalidades previstas no presente CONTRATO DE GESTÃO, assegurando à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUARTA - DO PROJETO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

- 4.1 - Quanto ao detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho, dos indicadores de resultados e da previsão de receitas e despesas, aqueles constantes das propostas/projetos elaborados e apresentados pela Organização Social, observados os Anexos I e II do Edital, na fase de seleção de projetos, serão parte integrante deste CONTRATO DE GESTÃO, independentemente de transcrição.
- 4.1.1 - Serão, as despesas previstas no(s) Plano(s), distribuídas em Grupos de Custos, cuja descrição dos critérios para a sua realização deverá observar:
- 4.1.1.1 - Grupo 01 (um) – CLT: Composto pelos executores do CONTRATO DE GESTÃO contratados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.
- 4.1.1.1.1 - Será composto pelos seguintes custos:
- 4.1.1.1.2 - Valor bruto da remuneração dos empregados contratados por ocasião da execução do(s) Projeto(s);
- 4.1.1.1.3 - Valor dos encargos Sociais e Trabalhistas relativos ao item anterior – INSS empresa; FGTS; PIS; 1/3 (um terço) de férias e seus respectivos encargos; 13º (décimo terceiro) Salário e seus respectivos encargos; Multas Rescisórias e Indenizações Trabalhistas;
- 4.1.1.1.4 - Quanto aos valores dos salários dos profissionais sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, estes serão alocados no CONTRATO DE GESTÃO, e devem ser equiparados aos praticados no Município ou região de acordo com o cargo/função que ocupem.
- 4.2 - Grupo 02 (dois): Pessoa Jurídica: Grupo cujos executores sejam pessoas jurídicas, conforme a necessidade do(s) Projeto(s) a ser(em) executado(s).
- 4.2.1 - Será composto pelos seguintes custos:
- 4.2.1.1 - Valor bruto da remuneração dos serviços, constante da Nota Fiscal/Fatura, emitida pela pessoa jurídica;



4.2.1.2 - Para a obtenção do valor da remuneração dos executores na condição de pessoas jurídicas, adotar-se-á como base a média praticada no Município ou na região, contratados de acordo com o regulamento próprio da Organização Social.

4.3 - Grupo 03 (três) – Autônomo: Formado pelos profissionais executores do CONTRATO DE GESTÃO, contratados na condição de profissional autônomo, para execução do(s) Projeto(s).

4.3.1 - Será composto pelos seguintes custos:

4.3.1.1 - Valor bruto da remuneração do profissional autônomo contratado por ocasião da execução do(s) Projeto(s);

4.3.1.2 - Valor dos encargos Sociais e Trabalhistas relativos ao item anterior – INSS empresa;

4.3.1.3 - Para obtenção do valor da remuneração dos profissionais na condição de autônomos adotar-se-á como base a média praticada no Município ou na região.

4.4 - Grupo 04 (quatro) – SERVIÇOS COMPLEMENTARES: Composto pelos serviços complementares e necessários ao bom desempenho dos planos tais como: apoio logístico, materiais de consumo, aquisição/locação de equipamentos, aquisição/locação de sistemas, despesas de viagens dentre outros custos não constantes nos grupos anteriores e necessários a execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO e de acordo com o(s) Projeto(s) apresentado(s).

4.4.1 - Será o Grupo 04 (quatro) composto pelos seguintes custos:

4.4.1.1 - Valor bruto da aquisição de materiais ou remuneração de serviços, constantes em Nota Fiscal/Fatura, contratado por ocasião da execução do(s) Projeto(s);

4.4.1.2 - Aplicar-se-ão às despesas mencionadas neste grupo as regras de contratação previstas no regulamento de compras da OS, limitados os gastos conforme os valores de desembolso previsto no Projeto e Plano de Trabalho aprovado previamente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Executar os Projetos apresentados e selecionados, zelando pela boa qualidade das ações e dos serviços prestados, para alcançar a eficiência, a eficácia, a efetividade e a economicidade em suas atividades.

5.2 - Responsabilizar-se por todas as ações, serviços e novas adequações estruturais necessárias para a concessão do Alvará Sanitário das UPA's, tendo prazo máximo de 06 (seis) meses, a partir da assinatura do Contrato, para apresentação desse documento à Diretoria de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde do município de Betim.

5.3 - Responsabilizar-se por todos os serviços relacionados a telefonia, internet, água, esgoto, energia elétrica e despesas gerais exigidas para o pleno funcionamento das UPA's.

5.4 - Fazer constar na comunicação expedida pela CONTRATADA (mídia, sites, comunicação visual, comunicação oficial e formulários) a logomarca do SUS e o brasão da Prefeitura Municipal de Betim.

- 5.5 - Assegurar que os formulários assistenciais seguir os padrões adotados pela Diretoria de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde do município de Betim.
- 5.6 - Gerir todos os recursos materiais, humanos, técnicos e quaisquer outros que se fizerem necessários para o funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento.
- 5.7 - Responsabilizar-se pelos serviços de segurança do patrimônio, das instalações físicas e dos recursos humanos da Unidade de Pronto Atendimento, pelo conjunto de mecanismos e pelas ações para prevenir e reduzir perdas patrimoniais e promover bem estar aos seus usuários, no estímulo aos comportamentos éticos e de convivência comunitária pacífica.
- 5.8 - Fornecer os recursos técnicos e operacionais necessários à cobertura de postos de trabalho, responsáveis pelo controle de acesso à Unidade de Pronto Atendimento com uso de barreiras físicas, dispositivos de identificação, e porte obrigatório para liberação do acesso.
- 5.9 - Manter estoque em quantidades suficientes de medicamentos, artigos médicos hospitalares e insumos, material de escritório, material de limpeza, material de manutenção, consignados e afins.
- 5.10 - Implantar prontuário único do paciente, com as informações completas de classificação de risco, quadro clínico e sua evolução, intervenções e exames realizados, todos via sistema, devidamente registrados, de forma clara e precisa, com a possibilidade de impressão para que sejam assinados e carimbados pelo profissional responsável pelo atendimento (médicos, equipe de enfermagem e demais profissionais de saúde que o assistam).
- 5.11 - Responsabilizar-se pela implantação dos serviços de informática, estrutura física, rede de cabeamento e equipamentos necessários para a utilização do sistema informatizado de gestão das UPA's, padronizado na Rede SUS do município de Betim.
- 5.12 - Obrigar-se pela prestação de serviços de ouvidoria/avaliação da satisfação do usuário e operacionalização dos serviços na Unidade de Pronto Atendimento, seguindo as diretrizes da Portaria nº 2.416, de 7 de novembro de 2014.
- 5.13 - Responder, no prazo estabelecido, as demandas da Secretaria Adjunta de Ouvidoria e de Corregedoria, bem como, demandas dos Conselhos de Classe.
- 5.14 - Registrar obrigatoriamente em sistema informatizado, todos os atendimentos e assistências realizados na UPA 24h (vinte e quatro horas).
- 5.15 - Cumprir a Produção Assistencial prevista no Anexo I - Projeto Técnico.
- 5.16 - Implantar e implementar o uso de equipamentos de proteção individual (EPI's) e os Procedimentos Operacionais Padrão (POP's), de acordo com as normas da ANVISA e da Diretoria de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde do município de Betim.
- 5.17 - Possuir um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme preconiza a Norma Regulamentar nº 09, que compõe a Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Previdência e suas alterações.
- 5.18 - Garantir que todos os serviços prestados e transporte de material biológico deverão estar regulados de acordo com o que dispõe a Legislação sanitária vigente buscando a adequação ao Regulamento Técnico da ANVISA - RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, e RDC nº 20, de 10 de abril de 2014, respectivamente, ou outras que vierem a substituí-las.

- 5.19 - Proporcionar um estoque adequado de rouparia/enxoval de acordo com a demanda das Unidades.
- 5.20 - Assegurar alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, Lei Estadual nº 13.317, 24 de setembro de 1999, Legislação Sanitária Municipal e Legislação vigente, englobando a operacionalização e o desenvolvimento de todas as atividades de produção, recebimento, distribuição e administrativas, considerando o manual de boas práticas de manipulação de alimentos.
- 5.21 - Garantir estoque de materiais esterilizados de acordo com a demanda da Unidade de Pronto Atendimento, cumprindo as leis e regulamentos pertinentes buscando a adequação ao regulamento técnico da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC nº 15, de 15 de março de 2012 e ANVISA RDC nº 8, de 27 de fevereiro de 2009, respectivamente ou outras que vierem a substituí-las.
- 5.22 - Elaborar Proposta de Regimento Interno da Unidade de Pronto Atendimento, em até 30 (trinta) dias, após o início das atividades e implementá-la, após validação pela Secretaria Municipal de Saúde do município Betim.
- 5.23 - Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes.
- 5.24 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, imediatamente, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.
- 5.25 - Dispor de serviço de admissão de pacientes/recepção solicitando a estes, ou aos seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pelo Gestor.
- 5.26 - Manter atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico, conforme determinações do Conselho Federal de Medicina e demais Conselhos de Classe.
- 5.27 - Justificar as razões técnicas da não realização de qualquer Ato Profissional quando requerido, por escrito, pelo paciente ou por seu responsável.
- 5.28 - Assegurar a vedação da cobrança, ao paciente, ou ao seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão de qualquer atendimento decorrente da execução do Contrato.
- 5.29 - Responsabilizar-se unilateralmente por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do CONTRATO DE GESTÃO.
- 5.30 - Obrigar-se pelo pagamento de indenização por dano causado ao paciente, decorrente de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados ou prepostos, assegurando o direito de regresso contra o agente, nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- 5.31 - Atender e proceder aos encaminhamentos necessários, quando solicitado pela Procuradoria-Geral ou Secretaria Municipal de Saúde do município de Betim, das demandas judiciais relacionadas à transferência de pacientes e/ou recursos indicados pelo corpo clínico da UPA.

- 5.32 - Assegurar a vedação da utilização do CONTRATO DE GESTÃO, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, em operações financeiras ou como caução/garantia em Contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.
- 5.33 - Abster-se de não reduzir, acrescer ou alterar o objeto e as atividades decorrentes da execução do CONTRATO DE GESTÃO, sem a formalização de respectivo Termo Aditivo.
- 5.34 - Submeter-se à Regulação e Auditoria instituída pelo Gestor.
- 5.35 - Garantir, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso dos Conselhos de Saúde a documentos e ambientes onde ocorram a execução do CONTRATO DE GESTÃO.
- 5.36 - Movimentar os recursos financeiros transferidos pelo CONTRATANTE em conta bancária específica.
- 5.37 - Garantir o funcionamento ininterrupto da UPA, 24h (vinte e quatro horas) por dia, 07 (sete) dias por semana.
- 5.38 - Disponibilizar toda e qualquer informação solicitada pelo CONTRATANTE, especialmente aquelas necessárias à disponibilização no Portal da Transparência.
- 5.39 - Manter atualizadas todas as licenças e alvarás das UPA's, necessárias à execução do objeto do CONTRATO DE GESTÃO, junto às repartições competentes.
- 5.40 - Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos, de quaisquer naturezas, relativos aos recursos humanos, necessários ao atendimento do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO, inclusive assumindo a responsabilidade pelo atendimento de encargos de natureza Trabalhista, Previdenciária, Tributária, Comercial e, inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, incluindo taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato.
- 5.41 - Assegurar ao CONTRATANTE os Direitos Autorais da solução, do projeto e suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, se de todos os demais produtos gerados em decorrência da execução do CONTRATO DE GESTÃO, inclusive aqueles produzidos por Terceiros Subcontratados.
- 5.42 - Fica proibida a utilização dos produtos previstos no subitem sem que exista autorização expressa do CONTRATANTE, sob risco de penalidades, sanções civis e penais cabíveis.
- 5.43 - Implantar modelo de *compliance*, que deve consistir em mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e da aplicação efetiva de códigos de ética e conduta.
- 5.44 - Respeitar a Legislação Ambiental, devendo possuir toda a documentação exigida.
- 5.45 - Cumprir toda a Legislação Sanitária do SUS.
- 5.46 - Submeter à Comissão de Acompanhamento e Avaliação no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do CONTRATO DE GESTÃO, regulamento próprio contendo as regras e procedimentos que adotará para contratação de recursos humanos, obras, serviços, compra, alienação e locação de bens móveis e imóveis com emprego dos recursos provenientes da execução

do CONTRATO DE GESTÃO, observados os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Economicidade e Eficiência. Este regramento deverá ser publicado no Órgão Oficial do município de Betim, após sua aprovação pela Comissão.

- 5.47 - Adotar medidas que assegurem e agreguem transparência ao processo gerencial, na execução do CONTRATO DE GESTÃO, inclusive com apresentação de relatórios financeiros e de custos, para acompanhamento das partes em periodicidade a ser firmada e sempre que solicitado.
- 5.48 - Implantar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).
- 5.49 - Implantar Centro de Custos.
- 5.50 - Garantir o equilíbrio econômico e financeiro do Contrato firmado, bem como a regularidade do pagamento aos colaboradores e empregados.
- 5.51 - Captar recursos financeiros para o Estabelecimento de Saúde, desde que estes sejam integralmente destinados ao objeto do Contrato e identificados nos documentos de Prestação de Contas apresentados, com a anuência prévia do CONTRATANTE.
- 5.52 - Garantir o pleno cumprimento das escalas de todos os profissionais.
- 5.53 - Disponibilizar mensalmente e/ou sempre que solicitado, a documentação comprobatória da execução dos serviços assistenciais e relatórios de atividades, que demonstrem a execução do objeto do Contrato, conforme o fluxo de encaminhamento e o formato das informações definidos pelo Gestor.
- 5.54 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Unidade de Pronto Atendimento, e/ou demais Órgãos encarregados do Controle, Fiscalização e Regulação, relativas às atividades, às operações, aos contratos, aos documentos, aos registros contábeis e aos demais assuntos pertinentes.
- 5.55 - Permitir o livre acesso a livros contábeis, papéis, documentos e arquivos concernentes às atividades e as operações vinculadas ao objeto do CONTRATO DE GESTÃO, tanto por técnicos designados pelo CONTRATANTE, como por técnicos dos Órgãos de Controle Interno e Externo, quando em missão de Fiscalização, Controle, Avaliação ou Auditoria.
- 5.56 - Remeter imediatamente à Procuradoria-Geral do Município, as intimações, ofícios, solicitações e as notificações administrativas, policiais ou judiciais que o CONTRATANTE tenha interesse, com o concomitante encaminhamento das informações, dados e dos documentos necessários, para a defesa dos interesses do CONTRATANTE, em juízo ou fora dele, sob pena de Responsabilidade Administrativa, Civil e Criminal, daquele que deixar de fazê-lo ou se o fizer fora do prazo.
- 5.57 - Disponibilizar ao CONTRATANTE para que sejam incorporados ao seu patrimônio, nas hipóteses de sua extinção/dissolução ou desqualificação, as doações e os legados, eventualmente recebidos em decorrência das atividades executadas no CONTRATO DE GESTÃO.
- 5.58 - Colocar à disposição do CONTRATANTE, para que sejam revertidos ao seu patrimônio, nas hipóteses de desqualificação ou extinção da entidade e de rescisão deste CONTRATO DE GESTÃO, os bens adquiridos e/ou cujo uso foi permitido, bem como o saldo de quaisquer dos recursos financeiros recebidos em decorrência do CONTRATO DE GESTÃO.



- 5.59 - Comunicar imediatamente quaisquer intercorrências e/ou fatos capazes de resultar em pedido de indenização contra o CONTRATANTE.
- 5.60 - Obedecer as Normas do Ministério da Saúde – MS, do Ministério do Trabalho e Previdência, Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, em Estabelecimentos de Assistência à Saúde, assim como as normativas dos Conselhos Profissionais.
- 5.61 - Promover a adesão de compromisso de todos os colaboradores com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), quais sejam, universalidade, equidade, descentralização, integralidade e participação da comunidade.
- 5.62 - Definir a Política de Segurança Ocupacional, com foco no bem-estar, a fim de proporcionar ambiente de trabalho seguro e saudável.
- 5.63 - Manter os colaboradores permanentemente capacitados e atualizados, oferecendo cursos de educação para elaboração e promoção do Plano de Educação Continuada, mediante Levantamento de Necessidade de Treinamentos (LNT), com ações de valorização do colaborador, agindo para o seu desenvolvimento, integração, promoção, remuneração e parceria na execução das atividades em conjunto com o CONTRATANTE.
- 5.64 - Disponibilizar seus colaboradores para participar das oficinas e dos cursos de capacitação oferecidos pelo CONTRATANTE.
- 5.65 - Responder, com exclusividade, pela capacitação e orientação técnica dos recursos humanos necessários à execução eficaz e eficiente do CONTRATO DE GESTÃO.
- 5.66 - Prover registro e arquivo atualizados dos profissionais que compõem a equipe técnica, apresentando os diplomas e especialidade de cada membro, bem como a Certidão de Registro e quitação no Conselho Profissional competente e a Carteira de Identidade Profissional expedida pelo Conselho de Classe Regional de sua especialidade.
- 5.67 - Contratar e pagar o pessoal necessário à execução dos serviços inerentes às atividades de cada unidade, ficando a CONTRATADA como a única responsável pelo pagamento dos encargos sociais, das obrigações Sociais, Trabalhistas e Previdenciárias decorrentes, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, restando isento o CONTRATANTE de quaisquer obrigações, presentes ou futuras.
- 5.68 - Utilizar critérios técnicos quanto ao gerenciamento de recursos humanos, observando as Normas Legais vigentes, em especial as Trabalhistas e Previdenciárias.
- 5.69 - Implantar e manter as normas de Atendimento a Acidentes Biológicos e Programa de Proteção de Riscos Ambientais (PPRA), junto aos seus profissionais, além de fornecer Equipamento de Proteção Individual (EPI), conforme Portarias e Resoluções da ANVISA e Ministério do Trabalho e Previdência.
- 5.70 - Garantir o pagamento do piso salarial dos empregados celetistas, qualquer que seja a categoria profissional e providenciar a negociação e celebração de Acordos Coletivos de Trabalho.
- 5.71 - Seguir o disposto no Decreto Municipal nº 43.346, de 28 de abril de 2022, que regulamenta contingência à reserva dos vínculos jurídicos firmados com o Município, ou Legislação substituta.

- 5.72 - Entregar até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, a documentação referente à Prestação De Contas, conforme modelo estabelecido pelo CONTRATANTE.
- 5.73 - Assumirá a Organização Social, a responsabilidade pela manutenção e conservação dos equipamentos e mobiliários, considerados bens Municipais, recebidos na transição entre os Contratos de Gestão, bem como adquiridos a partir da assinatura do novo Instrumento. Todos os bens deverão ser submetidos à manutenção preditiva, preventiva e corretiva periodicamente, com reposição de peças e insumos necessários, com cronograma e relatórios de assistência técnica, apresentados semestralmente à Diretoria de Urgência e Emergência/Secretaria Municipal de Saúde do município de Betim.
- 5.74 - Cumprir todas as especificidades do objeto do CONTRATO DE GESTÃO, em especial as descritas no item 7, do Anexo I - Projeto Técnico deste Contrato, considerando as obrigações técnicas.
- 5.75 - Atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, da Diretoria de Urgência e Emergência, da Ouvidoria SUS e da Procuradoria-Geral do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 - Emitir Ordem de Serviço, autorizando o início das atividades de execução do CONTRATO DE GESTÃO.
- 6.2 - Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do CONTRATO DE GESTÃO, de acordo com as Propostas/Projetos apresentados e solucionados e em consonância com as Políticas de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS e Diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde do município de Betim.
- 6.4 - Desembolsar os recursos financeiros à CONTRATADA, nos termos estabelecidos no Edital.
- 6.5 - Publicar no Órgão Oficial do município de Betim, o extrato do CONTRATO DE GESTÃO e de seus Aditivos e Apostilamentos.
- 6.6 - Constituir Comissão de Acompanhamento e Avaliação, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO DE GESTÃO, nos termos que preceitua o §2º, do art. 13 da Lei Municipal 6.194/2017 e conforme alínea "d", inc. I, do §1º, do art. 3º, do Decreto Municipal nº 43.007/2021.
- 6.7 - Prestar Apoio e Assessoramento Técnico com o objetivo de garantir a eficiência e a eficácia da gestão do Contrato, e o cumprimento dos indicadores e metas de resultados;
- 6.8 - Fornecer ao Conselho Municipal de Saúde do município de Betim todos os elementos indispensáveis ao cumprimento de suas funções, de acompanhamento e fiscalização da execução do CONTRATO DE GESTÃO.
- 6.9 - Exigir da CONTRATADA, por escrito, a substituição de qualquer empregado cuja conduta considere inconveniente e/ou tecnicamente insuficiente, respeitando as normativas legais vigentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES MÚTUAS

- 7.1 - Incumbem-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA de:

- 7.1.1 - Acompanhar os projetos, seguindo as normas técnicas aplicáveis;

- 7.1.2 - Realizar as atividades de interesse público, consubstanciadas na prestação de serviços técnicos especializados de qualidade, nas Unidades de Pronto Atendimento das Regiões de Saúde I e II, do município de Betim, com fulcro no Decreto Municipal nº 42.285, de 14 de setembro de 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 8.2 - No que tange a Prestação de Contas, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, e, ao término de cada exercício, relatório pertinente à execução do CONTRATO DE GESTÃO, no qual é necessário conter minimamente:
- 8.2.1 - Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;
- 8.2.2 - Prestação de Contas correspondente ao exercício financeiro e relativas aos recursos financeiros desembolsados.
- 8.2.3 - Deverá a CONTRATADA, apresentar a respectiva Prestação de Contas dos valores repassados e dos valores utilizados, vincenda até o 15º (décimo quinto) dia, consecutivo ao fechamento do mês anterior.
- 8.2.4 - Caso não seja atingida a meta estabelecida para cada indicador no mês, será atribuída nota 0 (zero), para fins de cálculo do somatório final da Avaliação.
- 8.3 - É necessário que as Prestações de Contas sejam apresentadas digitadas, em formato A4, com suas páginas numeradas sequencialmente, de forma crescente e ordinal, além de rubricadas.
- 8.3.1 - Com a finalidade de autenticação dos documentos apresentados, a CONTRATADA deverá entregar todos os documentos em cópia, e seus respectivos documentos originais ficarão custodiados com a Secretaria Municipal de Saúde, até a conclusão da análise das prestações de contas apresentadas.
- 8.4 - Poderá a CONTRATANTE intervir na Organização Social, na hipótese de comprovado risco ao fiel cumprimento das obrigações assumidas no CONTRATO DE GESTÃO.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1 - Fica assegurado o direito do CONTRATANTE de exercer amplo, irrestrito e permanente acompanhamento e fiscalização das ações e serviços executados pela CONTRATADA, sem prejuízo da obrigação desta, de fiscalizar seus empregados, prepostos e/ou subordinados, bem como, solicitar informações e pareceres de seus colaboradores.
- 9.2 - No que tange a fiscalização efetuada pelo CONTRATANTE, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que se refere à perfeita execução das ações e serviços, bem como, suas consequências e implicações.
- 9.3 - Será a execução do CONTRATO DE GESTÃO, fiscalizada pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação, constituída para esta finalidade e cujas atribuições serão regulamentadas por meio de Portaria do Poder Executivo Municipal.
- 9.3.1 - O acompanhamento e a fiscalização de que trata o subitem anterior, não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer

irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

- 9.4 - Deverá a CONTRATADA submeter-se aos atos de acompanhamento e fiscalização exercidos pelo CONTRATANTE, assim como, prestar contas do cumprimento do objeto do CONTRATO DE GESTÃO e dos recursos financeiros e bens recebidos.
- 9.5 - Poderá o CONTRATANTE, a qualquer momento e sempre que existir o interesse público, solicitar à CONTRATADA a apresentação de quaisquer informações, documentos, acesso, relatórios ou congêneres.
- 9.6 - Sem prejuízo das atribuições previstas em regulamento, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação se reunirá ordinariamente no mês subsequente ao término de cada mês, ou a qualquer tempo, sempre que julgar necessário, para analisar e emitir parecer, até o último dia do mês subsequente ao mês de execução, quanto ao cumprimento das metas/indicadores, previstos neste Contrato e seus Anexos, os quais preveem a descrição dos indicadores e as metas a serem cumpridas.
- 9.6.1 - Quanto ao parecer elaborado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação, este será enviado ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde, para conhecimento e providências que julgar necessárias, bem como, Órgãos de Controle Interno e Externo do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECURSOS FINANCEIROS E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 10.1 - Em observância ao inc. VIII, do art. 12, do Decreto Municipal nº 43.007/2021, para a consecução do objeto do CONTRATO DE GESTÃO, com vigência de 12 (doze) meses, os recursos correspondem à quantia estimada de **R\$ 37.849.300,33** (trinta e sete milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos reais e trinta e três centavos), referente à operacionalização da primeira fase do Contrato.
- 10.2 - Ocorrerá, em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Contrato, o repasse financeiro relacionado ao Investimento apresentado no Projeto/Plano de Trabalho.
- 10.2.1 - Quanto ao 1º (primeiro) desembolso do percentual fixo, do custeio mensal, referente à Operacionalização, este ocorrerá em até 30 (trinta) dias do início das atividades. Os próximos desembolsos ocorrerão até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da execução do serviço.
- 10.3 - Consistirá o desembolso financeiro mensal da etapa de Operacionalização no repasse de:
- 10.3.1 - Um percentual fixo de 90% (noventa por cento) do valor previsto para desembolso mensal.
- 10.3.2 - Um percentual variável de 10% (dez por cento), condicionado ao cumprimento das metas e indicadores, após a Avaliação e a emissão do Parecer mensal, da Comissão de Acompanhamento e Avaliação. Entretanto, caso o Parecer seja emitido, pela referida Comissão, após o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês da execução do serviço, ou seja, de forma intempestiva, não haverá prejuízo aos repasses, vez que poderão ocorrer descontos dos repasses posteriores.
- 10.3.3 - Caso o total de pontos/peso, considerando a somatória de todos os indicadores, seja inferior a 0,7, que se refere a 70% (setenta por cento), deverá a Organização Social

apresentar justificativa à Comissão de Acompanhamento e Avaliação para emissão de parecer quanto a sua aceitação.

- 10.3.4 - Tendo a justificativa parecer desfavorável, pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação, o CONTRATANTE não repassará o valor referente ao percentual variável de 10% (dez por cento) previsto do cronograma de desembolso mensal.
- 10.4 - No que tange à autorização, para se efetivar os repasses financeiros mensais, esta levará em consideração o cumprimento dos planos aprovados neste CONTRATO DE GESTÃO e as Prestações de Contas aprovadas tempestivamente.
- 10.4.1 - Poderão os prazos de desembolso previstos nesta Cláusula, sofrer modificações unilaterais pelo CONTRATANTE, nos casos de se identificar atrasos na execução do presente Contrato.
- 10.5 - Ocorrerá retenção dos valores correspondentes ao previsto em cronograma de repasse financeiro, quando identificadas evidências de irregularidade na aplicação dos desembolsos anteriores ou mesmo nos atos da CONTRATADA.
- 10.6 - No caso de a CONTRATADA não apresentar a Prestação de Contas mensal ou caso a mesma seja reprovada, poderá o CONTRATANTE suspender os repasses financeiros, até que a situação seja regularizada parcialmente, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 10.7 - Havendo atrasos nos repasses financeiros previstos, a CONTRATADA poderá realizar adiantamentos com recursos próprios, à conta bancária vinculada indicada pelo CONTRATANTE, tendo reconhecido as despesas efetivadas, desde que em montante igual ou inferior aos valores ainda não repassados e que estejam previstos e previamente comunicados à CONTRATANTE.
- 10.9 - Correrão os recursos necessários ao atendimento das despesas desta contratação, nas dotações orçamentárias:
- a) **09.01.10.302.0074.2226.335085.010211** - GESTÃO DAS UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – (CONTRATO DE GESTÃO), no valor total de **R\$ 31.646.412,00** (trinta e um milhões, seiscentos e quarenta e seis mil e quatrocentos e doze reais), sendo **R\$ 7.373.759,44** (sete milhões, trezentos e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), para o presente exercício de 2022 e **R\$ 24.272.652,56** (vinte e quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), para o exercício de 2023, na Dotação equivalente.
- b) **09.01.10.302.0074.2226.335085.025500** - GESTÃO DAS UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – (CONTRATO DE GESTÃO), no valor de **R\$ 6.202.888,33** (seis milhões, duzentos e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos), para o presente exercício de 2022.
- 10.10 - Fluirão as despesas relativas a exercícios futuros, à conta dos respectivos orçamentos, devendo os créditos e empenhos ser indicados por meio de Apostilamento, em conformidade com a Legislação atinente.
- 10.11 - O valor total contratual se divide em **R\$ 36.296.668,56** (trinta e seis milhões, duzentos e noventa e seis mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), pertinentes ao valor de custeio, e **R\$ 1.552.631,77** (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos), que se refere ao valor de investimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

- 11.1 - Quanto aos resultados atingidos com a execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, estes devem ser analisados pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação, de acordo com as diretrizes registradas e aprovadas no Edital nº 001/2022.
- 11.1.1 - Emitirá, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação, relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Plano de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho, e o encaminhará ao CONTRATANTE, em até 60 (sessenta) dias, após o término deste CONTRATO DE GESTÃO.
- 11.2 - Deverá, a execução financeira do presente CONTRATO DE GESTÃO, obedecer aos quantitativos definidos nos Anexos do Edital nº 001/2022.
- 11.3 - A Comissão de Qualificação e Habilitação de entidades como Organizações Sociais – OS e a Comissão de Acompanhamento e Avaliação, possuem autoridade de participação na escolha, execução e fiscalização das ações a serem desempenhadas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES E RESCISÃO

- 12.1 - Pela inexecução total ou parcial do presente CONTRATO DE GESTÃO, ficará a CONTRATADA sujeita, sem prejuízo das Responsabilidades Civil e Criminal, as penalidades:
- 12.1.1 - Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas inadequações;
- 12.1.2 - Suspensão dos pagamentos por repasses periódicos;
- 12.1.3 - Rescisão;
- 12.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 05 (cinco) anos;
- 12.1.5 - Demais sanções previstas na Lei Municipal nº 6.194/2017 e Decreto Municipal nº 43.007/2021.
- 12.2 - São independentes entre si, todas as sanções previstas, podendo estas ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas civis e penais cabíveis.
- 12.3 - Dentre as causas que motivam a declaração de inidoneidade estão:
- 12.3.1 - Apresentar qualquer documento falso;
- 12.3.2 - Cometer fraude Tributária, Previdenciária ou Fundiária;
- 12.3.3 - Fraudar a elaboração ou execução da parceria e projetos selecionados.
- 12.4 - Ultrapassado o prazo de regularização declarado pelo Município, sem que os motivos que levaram a declaração da inidoneidade e seus resultados tenham cessado, permanecerá a punição até a regularização perante a Autoridade que a determinou.

- 12.5 - Persistirá a sanção de inidoneidade, enquanto durarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após o Contratado ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.
- 12.6 - Quanto à aplicação das penalidades previstas, esta dependerá de prévia notificação à Organização Social e abertura de prazo para apresentação de defesa, mediante abertura de vista dos autos.
- 12.7 - Serão de 05 (cinco) dias úteis, os prazos para interposição de recurso pela Credenciada, a contar da confirmação do recebimento da notificação.
- 12.8 - Quanto às apurações relacionadas à possíveis descumprimentos de Cláusulas Contratuais, estas serão conduzidas em Processo Administrativo próprio, com decisões formalmente motivadas, sendo assegurados os princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.
- 12.9 - Poderá o CONTRATO DE GESTÃO, ser rescindido por acordo entre as partes ou administrativamente, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:
- 12.9.1 - Descumprimento, ainda que parcial, das cláusulas do CONTRATO DE GESTÃO por parte da Organização Social;
- 12.9.2 - Unilateralmente pelo Município se houver redução da receita, arrecadação e/ou repasses financeiros destinados a custear a execução do CONTRATO DE GESTÃO;
- 12.9.3 - Por ato unilateral do Município se durante a vigência do CONTRATO DE GESTÃO a Organização Social perder, por qualquer razão, sua qualificação e demais condições apresentadas por ocasião da habilitação;
- 12.9.4 - Unilateralmente pelo Município se não mais houver interesse ou conveniência para a Administração na continuidade da execução do CONTRATO DE GESTÃO, devidamente justificado.
- 12.10 - Deverá, a rescisão ser comunicada a parte contrária, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 - Poderá, o presente CONTRATO DE GESTÃO, a qualquer tempo, ser modificado pelas partes, em aspectos quantitativos ou qualitativos, por meio da celebração de aditivos, se identificado aumento/redução de demanda ou necessidade de novos investimentos, ampliando/reduzindo o repasse de verbas para a execução do CONTRATO DE GESTÃO e para modificação de seu objeto.
- 13.2 - Deverão, as alterações, contar com prévia justificativa, por escrito, contendo a declaração de interesse de ambos os CONTRATANTES e a autorização da Secretária Municipal de Saúde do município de Betim.
- 13.3 - Poderá a alteração dos valores repassados, implicar na revisão das metas pactuadas, conforme os relatórios das avaliações executadas pelo CONTRATANTE.
- 13.4 - Por alterações quantitativas entendem-se as relativas à vigência do CONTRATO DE GESTÃO, bem como, a Proposta de Trabalho - Técnica e Financeira apresentada pela CONTRATADA.

13.5 - Por alterações qualitativas entendem-se as referentes ao atingimento de metas e objetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

14.1 - Incumbe-se, a CONTRATADA, indenizar os danos decorrentes de ação, ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, bem como, aos bens públicos móveis e imóveis os quais lhe foram permitidos o uso, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis. O ressarcimento desses danos deverá ser custeado com recursos próprios da Entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1 - Deverão os casos omissos serem deliberados pelo CONTRATANTE, aplicando-se os diplomas legais pertinentes à matéria, os preceitos de direito público e, supletivamente, as disposições de direito privado no que for compatível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Betim, para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar questões que não possam ser dirimidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem de acordo, firmam as partes o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas, para que se produzam seus devidos e legais efeitos.

BETIM/MG, 10 DE AGOSTO DE 2022.


FERNANDA OLIVEIRA DOS ANJOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE


ANA PAULA FLAVINA SILVA ASSIS
PROCURADORA ADJUNTA


VALERIANO JOSÉ DE FREITAS NETO
REPRESENTANTE DA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____